

Anna Karolina Lima Siqueira da Silva

MULHER E POLÍTICA: UMA EQUAÇÃO IMPERFEITA?

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília

**Brasília
2010**

Anna Karolina Lima Siqueira da Silva

MULHER E POLÍTICA: UMA EQUAÇÃO IMPERFEITA?

Banca Examinadora:

Prof^a. Renata de Melo Rosa
(Orientadora)

Prof^a. Raquel Boing Marinucci
(Membro)

Prof^a. Aline M. Thomé Arruda
(Membro)

Brasília
2010

*Dedico este trabalho aos meus pais, pelo
apoio e confiança em mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo discernimento, paciência e compreensão. À minha orientadora, Renata, pela ajuda, pela disposição em orientar, pela motivação; graças a ela, pude escrever artigos científicos, participar de prêmios e o mais importante, elaborar este trabalho. Agradeço também a professora Raquel Marinucci pela ajuda dada nos primeiros passos da elaboração desta monografia.

Agradeço também aos amigos Carol, Sérgio, Edna e Sorene, por todos os esforços que fizeram para a finalização deste trabalho; às amigas Ana Cecília, Ana Paula, Bruna, Nara e Priscila e a todos os outros companheiros de curso que contribuíram para a realização do mesmo.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho do Ministério das Relações Exteriores (MRE), especialmente àqueles que trabalham no Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) – Carlos Rosa, Geisiane Oliveira, Ildete Santos, Mitzi Costa e Neyde Leal – pela oportunidade, por todos os ensinamentos, pelas palavras de apoio, pelo carinho e paciência que tiveram comigo.

E agradeço à minha família, pois são as pessoas mais preciosas e queridas na minha vida e sempre acreditarão em mim e posso dizer que tudo o que sou hoje, eu devo à minha família.

A todos, minha eterna gratidão por terem contribuído na concretização do meu sonho.

*Imagination is more important than knowledge.
Knowledge is limited. Imagination encircles the world.*

(Albert Einstein 1879 - 1955)

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – Gênero e Relações Internacionais.....	14
CAPÍTULO II – Políticas de promoção da igualdade de gênero.....	22
2.1- Lei de Cotas para a candidatura de mulheres: Argentina x Brasil... ..	23
2.2- Eficácia da política de cotas.....	29
CAPÍTULO III– A experiência Argentina.....	34
3.1- A Conferência de Beijing.....	34
3.2-O caso da Argentina.....	37
3.3 -O caso brasileiro.....	40
3.4 – Perspectivas para o futuro.....	43
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 01-Classificação mundial da participação feminina no parlamento.....	24
TABELA 02-Participação feminina no Legislativo da América do Sul (2006).....	25
GRÁFICO 01-Participação das mulheres em parlamentos no mundo.....	25
GRÁFICO 02-Participação das mulheres em parlamentos no mundo (%).....	26
TABELA 03-População ganharia com mais mulheres na política.....	28
TABELA 04-Lei de Cotas em países da América Latina.....	32
TABELA 05-Porcentagem de representação de mulheres antes e depois da Lei de Cotas..	33
TABELA 06-Dispersão do poder e sistema político eleitoral.....	39

RESUMO

O presente trabalho irá abordar a inserção das mulheres em cargos do poder legislativo no Brasil e na Argentina após a adoção da lei de cotas. Constitui-se de uma análise comparativa entre esses dois países a respeito da situação das mulheres que decidem se inserir nessa esfera e quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas mesmas. Após a análise teórica, abordarei as características das medidas de promoção da igualdade de gênero, tais como as cotas para a participação de mulheres na política. Por fim, será apresentado o estudo de caso da Argentina, a partir do qual, será mostrado porque este é um país que possui elevado número de mulheres com mandato e os motivos pelos quais o Brasil ainda não conseguiu alcançar o mesmo patamar da Argentina.

ABSTRACT

The present work will address the integration of women in positions of legislative power in Brazil and Argentina after the adoption of the quota law. It consists of a comparative analysis between these two countries regarding the situation of women who decide to enter this sphere and what are the main difficulties faced by them. After the theoretical analysis, I will discuss the characteristics of measures to promote gender equality, such as quotas for women's participation in politics. Finally, it will be presented the case study of Argentina, from which will be shown why it is a country that has a high number of female authority and the reasons why Brazil has not yet achieved the same level of Argentina.

INTRODUÇÃO

A abordagem do feminismo nas Relações Internacionais teve de passar por um processo de discussão interna aos contextos nacionais antes de alçar o estudo das Relações Internacionais propriamente dito. Primeiro, ocorreu com a geração de feministas que lutavam pelo sufrágio universal e a inserção da mulher na política e segundo, em 1970 em que essa geração de feministas trabalhava com temas de cidadania e inclusão social; essas duas gerações eram ligadas à agenda do movimento feminista ocidental. De acordo com Tickner¹, “o surgimento da ‘política de identidade’ no Ocidente foi caracterizado mais pela ênfase dada às diferenças entre os grupos do que às semelhanças.” A terceira geração de feministas, ao contrário das duas primeiras, enraizou-se em uma agenda oriental mediante as duas principais conferências das Nações Unidas durante a década de 90. Uma foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em setembro de 1994, no Cairo e a outra foi a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher que ocorreu em setembro de 1995 em Pequim.

A introdução do feminismo dentro da teoria de Relações Internacionais ocorreu mediante um processo tardio quando comparado ao de outros campos de estudos e só aconteceu devido a uma revolução metodológica dentro da disciplina de Relações Internacionais, pois a mesma até então atrelada ao realismo e neo-realismo só tratava de questões relacionadas ao poder e a uma concepção de política na qual apenas os chefes de Estado estariam habilitados ao poder decisório internacional. Porém, diante da extensão da agenda feminista ligada à guerra, o feminismo também se tornou um paradigma dentro do campo de estudos das Relações Internacionais. Para Nogueira e Messari², “A disciplina de Relações Internacionais era tão profundamente ancorada em debates sobre a alta e a baixa política, e sobre a distinção entre questões de poder de outras questões, que não havia espaço para o feminismo participar do debate.”

O estudo das Relações Internacionais, por ser concebido de forma positivista, se auto-concebia como conhecimento “neutro” e “objetivo” e por isso não haveria de abrir espaço para o estudo

¹ Ver TICKNER apud GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 327.

² Ver Nizar Messari.; João Pontes Nogueira. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005, p. 223.

sobre as questões de gênero, já que nesta concepção, o masculino seria neutro. Para Jackson e Sorensen³:

A explicação é que vivemos, atualmente, em um mundo composto por gêneros, cujos valores ligados à 'masculinidade' (como racionalidade, atividade, força) têm mais valor e status do que os associados à 'feminilidade' (como emoção, passividade, fraqueza. Isso contribui para uma hierarquia de gêneros, isso é: um sistema de poder que privilegia os homens em detrimento das mulheres.

Diante dos distintos aspectos que envolvem a teoria feminista, ocorreu uma pressão política para a mudança na agenda de estudos das Relações Internacionais passando a abranger temas diversos, inclusive a revisão da literatura de Relações Internacionais à luz da categoria de gênero. A globalização dos movimentos sociais, além disso, tornou-se uma forte aliada das feministas, pois permitiu que essas se vinculassem a movimentos de resistência e solidariedade a nível global. Para Nogueira e Messari⁴ “o reordenamento das múltiplas prioridades que constituem a agenda feminista e seu reflexo na produção de conhecimento teórico têm sido um claro indício disso.”

O objetivo desta monografia é fazer uma análise comparativa da equação mulher e política. Ou seja, abordar de forma comparativa a Argentina e o Brasil no âmbito da lei de cotas para a participação de mulheres na política e se esta vem sendo cumprida nesses dois países de forma a promover um aumento da participação feminina nessa esfera.

O trabalho constará de pesquisa documental e bibliográfica baseada em artigos, livros, dados históricos. O motivo da escolha destes materiais foi devido à acessibilidade em serem encontrados e pelo fato de muitos serem contemporâneos, principalmente os livros utilizados que tiveram suas edições revistas e atualizadas.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma reportagem⁵ publicada no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a respeito da liderança de mulheres em alguns países. Nos dados mostrados na reportagem, a Argentina ocupa a 24^a posição do ranking analisado e isso chamou a atenção, pois até então não tinha conhecimento deste fato, enquanto a o Brasil ocupa a 82^a posição. Os outros motivos por escolher a Argentina para fazer a

³ Ver Robert Jackson.;Georg Sorensen. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 371.

⁴ Ver Nizar Messari.; João Pontes Nogueira, op. cit., p. 227.

comparação com o Brasil foi devido ao fato deste país já ter eleito uma presidenta e o Brasil ainda não; além do que, a parceria comercial no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o simples aspecto de serem vizinhos na América do Sul, foram outros fatores que serviram de motivação.

De acordo com dados da Inter – Parliamentary Union (IPU), as discrepâncias entre os dois países podem ser percebidas também na porcentagem de mulheres que ocupam a Câmara dos Deputados (Casa Baixa) e o Senado (Casa Alta); na Argentina, a porcentagem de mulheres nas duas casas é de 38.5% e 35.2% enquanto no Brasil essas porcentagens são de 8.8% e 12.3%, respectivamente. Já nas assembleias estaduais do Brasil a porcentagem de mulheres é de 11,6% com base em dados do PNUD⁶ do ano de 2010; na Argentina, nas legislaturas provinciais, a porcentagem de mulheres é de 28,36% com base em dados do Instituto Social y Político de la Mujer (ISPM)⁷ no ano de 2008.

Foram feitas, também, duas entrevistas para a composição da análise da monografia. A princípio foram cotadas deputadas para a realização desta, porém, estas devido aos seus compromissos políticos, não puderam contribuir com a pesquisa. Contudo, ao saber da história da primeira senadora do Brasil, Eunice Michiles, resolvi tentar um contato e esta se mostrou muito entusiasmada com o tema da monografia e pôde dar sua contribuição. Ocorreram diversos contatos com a Embaixada da Argentina também. Embora parecessem muito dispostos no começo com a pesquisa, encontrei uma série de dificuldades em conseguir uma entrevista com algum membro do corpo diplomático da Embaixada. Alguns dos motivos alegados para a não concessão da entrevista foram os seus compromissos quase sempre fora da própria embaixada e a utilização da política de não externar suas opiniões a respeito do tema abordado.

Devido à ocorrência deste fato, resolvi então colocar a minha própria contribuição em uma entrevista para a Conferência *Beijing Mais 15*. A entrevista foi promovida pelo site do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) na qual fui a única brasileira a participar da discussão a respeito dos avanços ocorridos quinze anos após a conferência e da adoção das suas plataformas de ação pelos países participantes da mesma.

⁵ Ver *site* do Relatório de Desenvolvimento Humano 2008/2009. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf

⁶ Ver *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=3499&lay=cid>

⁷ Ver *site* do Instituto Social y Político de la Mujer (ISPM). Disponível em: http://www.ispm.org.ar/casos_datos_equidad.html

As dificuldades encontradas de se estudar um tema como este estão relacionados aos aspectos históricos e culturais em que estão inseridos os estudos de gênero na nossa sociedade. A sociedade brasileira, principalmente, é muito marcada por uma estrutura patriarcal e sexista. Isso dificulta a própria discussão de temas como feminismo e ainda mais a inserção de mulheres na esfera política, sendo um campo dominado quase que exclusivamente por homens. Além do que, dentro do campo de estudos de Relações Internacionais, os obstáculos parecem maiores, pois o campo de estudos é bastante fundamentado na teoria realista, portanto masculinizada ideologicamente e esta não leva em consideração assuntos considerados como *low politics*.

A monografia está dividida em três capítulos; o primeiro trata da tardia inserção dos estudos afetos às questões de gênero nas Relações Internacionais. Neste capítulo utilizei principalmente os trabalhos de Fred Halliday em *Repensando as Relações Internacionais* e Cynthia Enloe em *Bananas, Beaches and Bases* e assim farei feita uma análise das obras destes dois teóricos; já, no segundo capítulo analisarei as políticas de promoção da igualdade de gênero, especialmente, as políticas de cotas e seu mecanismo de funcionamento. Por fim, no último capítulo, fiz um levantamento a respeito do caso da Argentina, explicando os motivos pelos quais esse país tem um elevado número de mulheres na política, diferentemente do Brasil. Optei neste capítulo por utilizar, principalmente, entrevistas e artigos científicos já publicados devido ao fato de serem recentes, a partir do ano 2007, e também levei em conta de que a emergência e a preocupação com a inserção de mulheres na política é muito contemporâneo. Este último aspecto está relacionado com a eleição da presidenta Cristina Kirchner, na Argentina, em 2007 e as candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva, no ano de 2010, no Brasil. O marco da eleição da presidenta Cristina Kirchner, trouxe consigo um questionamento, não só na Argentina, mas em todos os países da América do Sul, se as mulheres estariam sendo sub-representadas e se estas poderiam fazer mais para conseguir adentrar na esfera política e torná-la mais igualitária.

CAPÍTULO I – GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise dos motivos pelos quais as questões de gênero ficaram “esquecidas” das grandes reflexões das Relações Internacionais e o porquê do seu tardio desenvolvimento. Para isso, serão abordados dois autores: Fred Halliday e Cynthia Enloe, pelo fato de serem os poucos autores oriundos do campo intelectual das Relações Internacionais que se preocuparam com o tema. Halliday, em seu livro *Repensando as Relações Internacionais*, dedica apenas um capítulo, porém interessante, sobre como as questões de gênero vieram à tona nos estudos de Relações Internacionais. Já Enloe, em seu livro *Bananas, Beaches and Bases* faz uma análise mais aprofundada de como as mulheres são importantes e mostra como os papéis desempenhados por elas em questões como política, economia, segurança, turismo são determinantes nas variáveis possíveis para a compreensão das Relações Internacionais.

Ao escolher o livro de Fred Halliday, levei em consideração o fato de ele criticar o realismo inglês: o neo-realismo e levantar questões que antes eram vistas com certo olhar e desconfiança nas relações internacionais como o marxismo e o feminismo, ou seja, o autor traz uma nova abordagem, a partir da visão de temas não menos importantes para o estudo das Relações Internacionais daqueles antes abordados. Por outro lado, Cynthia Enloe vem mostrar o papel fundamental que a mulher desempenha em todos os âmbitos influenciados pela política internacional, pois para ela, inclusive aspectos como casamento, trabalho, família e turismo afetam a política global.

Halliday destaca dois principais fatores para o “silenciamento” das Relações Internacionais diante das questões de gênero. O primeiro refere-se à inércia institucional dentro da própria disciplina das Relações Internacionais. Para o autor, quando existe um silêncio sobre determinadas questões, os que se preocupam com elas são desencorajados de trabalhar com as mesmas ou escolhem tratar dos mesmos em outras disciplinas acadêmicas. Outro fator é a separação seletiva das relações internacionais do desenvolvimento em outras ciências sociais. Apesar de as Relações Internacionais serem consideradas compradoras de conceitos das teorias das ciências sociais, há alguns conceitos desenvolvidos em toda a teoria sociológica acerca da construção social do gênero, que parecem ter ficado esquecidos.

Pode-se observar também que dentro da área de Relações Internacionais, no âmbito do realismo tradicional, existem determinados assuntos tratados como *high politics* que se referem à segurança, economia, política e os considerados como *low politics*, nas quais as questões de gênero estariam incluídas. De acordo com Halliday⁸:

A reserva acadêmica é composta pelo fato de que o terreno da prática internacional (em ministérios exteriores, ministérios da defesa e órgãos políticos relacionados) é ele próprio um domínio especial masculino, distante, inclusive, das normas prevalecentes em outros corpos de formulação políticas (como indicado pelo número ínfimo de mulheres em ministérios exteriores ou de embaixadoras pelo mundo). Na ideologia convencional, as mulheres não são 'preparadas' para tais responsabilidades e não se pode contar com elas em questões de segurança e crise. Nada poderia estar, parece mais distante da esfera tradicional das preocupações das mulheres do que a segurança internacional e as outras questões globais.

Alguns, como o próprio Halliday, acreditam na suposição de uma separação entre as esferas de gênero e Relações Internacionais. Para o autor, “ao negligenciar as questões de gênero, as Relações Internacionais são elas mesmas neutras em gênero.”⁹ No entanto, não se trata de conceber as Relações Internacionais como um sujeito neutro, mas como uma disciplina que se encarrega de reproduzir valores e metodologias tipicamente masculinas, como o tema da guerra e da política de alto nível, por exemplo.

Há vários desafios em revelar o papel que o gênero desempenha nas variadas interpretações que podemos fazer sobre as relações internacionais. O primeiro grande desafio foi a emergência de uma corrente feminista dentro das teorias de relações internacionais. A emergência desta corrente trouxe consigo uma questão que era pouco retratada nas relações internacionais: os direitos humanos. Estes, aliados às questões de gênero, puderam abrir um leque de discussões para tópicos como aborto, afirmação/negação dos direitos das mulheres, violência contra a mulher, etc. O senso comum argumenta se estas questões de gênero ao entrarem na alçada de estudo das relações internacionais poderiam trazer mais benefícios às mulheres do que aos homens; porém, se analisarmos outros aspectos como questões militares ou econômicas, o mesmo questionamento poderia ser levantado para o lado masculino. Ou seja, “(...) qualquer suposição de neutralidade de gênero é discutível.”¹⁰

A análise do gênero na esfera transnacional ocorre quando o modo como a vida das mulheres é analisado a partir do impacto causado pela guerra, economia e política. Para a opinião pública, em relação a esses aspectos, a vida das mulheres não sofre nenhuma alteração, porém se

⁸ Ver Fred Halliday, op. cit., p. 163.

⁹ Ibidem.

analisarmos cada um desses aspectos isoladamente, podemos perceber a influência feminina nas mudanças do cenário internacional. Em tempos de guerra, as mulheres simbolizaram os motivos e foram simbolizadas ao serem realocadas pelo Estado para desenvolverem novas atividades reprodutivas, produtivas e algumas vezes até militares. As mulheres também foram as principais vítimas da guerra sendo objetos de estupro e jogo de poder entre as partes inimigas.

Em relação à economia, o desenvolvimento de novos processos econômicos permitiu o recrutamento de mulheres em indústrias de alta tecnologia em países desenvolvidos mudando a forma de pensar de que apenas os homens estariam habilitados para esse tipo de emprego. Já, em países subdesenvolvidos, as mulheres sofrem uma perda maior com as políticas de ajuste estrutural da economia, pois,

(...) à medida que os níveis salariais deterioram-se, as mulheres são freqüentemente compelidas a trabalhar nas áreas menos remuneradas, enquanto os serviços públicos financiados dos quais mulheres e crianças são particularmente dependentes depreciam-se. Assim, as mulheres parecem sofrer um ônus desproporcional nas estratégias de refinanciamento da dívida.¹¹

No âmbito político, as mulheres obtiveram seus maiores ganhos principalmente com a instituição do sufrágio universal, que garantiu o direito de votar e de serem votadas. Essa foi uma das mudanças que mais marcaram o século XX. As relações familiares também foram afetadas com mudanças na medicina, surgimento de novas tecnologias facilitando a vida doméstica, difusão de novas ideologias, alteração nas relações homem-mulher, entre outros.

Contemporaneamente, podemos ver mais explicitamente as mulheres como atores internacionais. Nesse âmbito, as mulheres têm participado ativamente de organizações feministas e de campanhas para disseminação de questões sobre de gênero no cenário internacional juntamente com a ação em questões internacionais mais convencionais. Além do que, pode-se abordar o aspecto em relação ao número de conferências internacionais que vêm levantando questões para promover a igualdade entre homens e mulheres, políticas de promoção para uma melhor qualidade de vida para mulheres. A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Conferência de Beijing), em 1995, por exemplo, foi uma das maiores e mais influentes conferências mundiais para as mulheres, pois levou em conta de forma incisiva os direitos humanos da mulher.

¹⁰ Ver Fred Halliday, op. cit., p. 167.

¹¹ Idem, p. 169.

Segundo Halliday:

Particularmente, gênero e mulheres desempenham um papel adicional na política externa: como símbolos ou instrumentos de competição interestatal e de superioridade de uma sociedade sobre a outra. Que isto tem pouco ou nada a ver com a preocupação com as próprias mulheres deveria ser evidente, assim como a revelação de que estes discursos de gênero não significam que a política externa ou as relações internacionais são normalmente, ou em algum sentido último unicamente preocupadas com mulheres. Mesmo assim, ilustra a intercessão adicional de gênero com a política externa de maneiras que até agora têm sido subestimadas.¹²

Ainda sob o ponto de vista de Fred Halliday, no final dos anos 80 ocorreram mudanças na concepção dos direitos humanos capazes de englobar as questões feministas. Principalmente na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em 1992, em Viena, notou-se a participação de diversos grupos apoiando o direito das mulheres. Vale a pena lembrar que a atuação feminina na política externa ficou bastante marcada com o caso do pedido de compensação da República da Coreia ao governo Japão pelo tratamento de mulheres coreanas como “conforto” durante a Segunda Guerra Mundial; podemos rememorar também o pedido de asilo político de uma mulher saudita ao governo do Canadá, pois no seu país, os direitos humanos lhes eram negados.¹³

Para Halliday,

Estes perigos, comuns a todas as campanhas de direitos humanos, não deveriam esconder o que provavelmente é a fonte mais profunda de resistência a tais campanhas: a crença de que enquanto algumas formas de violação dos direitos humanos são assuntos apropriados para a política externa aquelas pertinentes às mulheres não o são.¹⁴

Ou seja, ainda que haja um aumento da emergência das questões femininas, estas estão sujeitas à subordinação na constituição das ideologias nacionais. Porém, o desafio da igualdade de gênero, o desafio é ainda maior para as concepções dominantes e a soberania nas relações internacionais.

Cynthia Enloe relata que os papéis das mulheres na criação e na sustentação da política internacional vêm sendo tratados de uma forma ‘natural’ e assim sendo, não mereceriam do

¹² Idem, p. 174.

¹³ Idem, p. 180.

¹⁴ Idem, p. 181.

ponto de vista da ciência social conservadora e mais especificamente, das Relações Internacionais, uma investigação mais aprofundada.¹⁵

Para Enloe,

*Talvez a política internacional tenha sido impermeável às idéias feministas, precisamente porque durante tantos séculos e em tantas culturas, esta foi pensada tipicamente como uma 'esfera masculina' de vida. Somente homens, nem mulheres ou crianças, tem sido imaginados como capazes de lidar com o tipo de decisão que a política internacional requer.*¹⁶

As relações internacionais são pensadas a partir de uma total descaracterização sobre as percepções feministas. Para teorizar as Relações Internacionais foi necessária uma dominação quase que completa das posições masculinas sobre as femininas. O principal objetivo do livro escrito por Enloe é fazer uma mudança nesses pressupostos mais ou menos inquestionáveis dentro da disciplina, por meio das experiências das mulheres na política internacional, pois assim seria possível adquirir uma compreensão mais interpretativa de como a política internacional funciona ou poderia funcionar.

Enloe enfatiza que a reduzida tematização do feminino no campo das Relações Internacionais se relaciona diretamente com as estruturas masculinas que organizam o campo de conhecimento e o objeto de estudo clássico das relações internacionais: o Estado. Para a autora,

*Não é uma questão de cromossomos ou de seu ciclo menstrual. É uma questão de processos e estruturas sociais que foram criados e sustentados ao longo das gerações - por vezes coercitivamente - para manter a maioria das mulheres fora de qualquer posição política, com influência sobre a força do estado*¹⁷

No entanto, quando uma mulher ingressa na política, é precisamente porque essa mulher aprendeu lições masculinizadas de comportamento político de modo a não ameaçar o privilégio político masculino. Ou seja, a sociedade política está eivada de hierarquias de gênero. O trabalho de Bezerra¹⁸ acerca do lugar da mulher no Congresso brasileiro indica que a seleção das comissões parlamentares obedece a uma lógica de sujeição do feminino às temáticas relativas à

¹⁵ Ver Cynthia Enloe. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 2000.

¹⁶ Ver Cynthia Enloe, op. cit., p.4, tradução minha.

¹⁷ Idem, p.6, tradução minha.

¹⁸ Ver Thaylise Sousa Bezerra. *As mulheres brasileiras que ocupam lugar na política: inclusão e exclusão*. Brasília: Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília. Orientador: Renata de Melo Rosa, 2003.

educação, assistência social, ao passo que as temáticas referentes à infra-estrutura, obras, relações exteriores, defesa nacional, sempre são lideradas por parlamentares masculinos. Podemos notar que são principalmente os homens que têm as maiores oportunidades de cuidar de questões como economia, armas, poder público, e de assuntos que envolvem maior orçamento.

Enloe também aborda o caso Irã/Contras. O caso ficou famoso nos Estados Unidos durante o governo Ronald Reagan em que o ex-presidente forneceu armas ao seu inimigo, Irã, na esperança de reféns americanos capturados no Líbano pelo Hezbollah serem libertados.

A aparição feminina nesses eventos é tão rara que quando isso ocorre torna-se uma novidade. Os homens também ocupam majoritariamente os principais editoriais internacionais e cabe aos homens a seleção e interpretação das notícias locais e internacionais. Em geral, são as mulheres repórteres e não os homens que devem tomar uma série de cuidados ao utilizarem certos pronomes de gênero para não passarem pelo constrangimento de serem acusadas de feministas. Infelizmente, elas ainda não chegaram ao topo da mídia para levantar questionamentos sobre como a sobreposição do masculino sobre o feminino influencia na política internacional.

Para Enloe,

*Na política internacional contemporânea, as grandes burocracias são instrumentos para a tomada e implementação de decisões. (...) Sem a vontade das próprias mulheres de assumirem esses cargos de maneiras femininas aceitáveis, muitos homens em postos de influência podem não se convencer da sua racionalidade, coragem e seriedade.*¹⁹

Ao considerarmos as mulheres como invisíveis na política, estamos inviabilizando propositalmente o seu trabalho. Algumas mulheres que fizeram parte do caso Irã/Contras como ouvintes especulam como as políticas feitas apenas pela elite masculina moldam os debates da política internacional.

*Idéias masculinas são perpetuadas para justificar o risco que a política internacional oferece (...). A arena da política nacional é dominada por homens que permitem o acesso seletivo de mulheres; já, arena da política internacional é unicamente uma esfera formada por homens, ou raramente para aquelas mulheres que podem alcançá-la agindo como homens, ou no mínimo não questionando as decisões masculinas*²⁰

¹⁹ Ver Cynthia Enloe, op. cit., p. 9, tradução minha.

²⁰ Ibidem.

Para Enloe, a hierarquia masculino/feminino serviu como base para movimentos nacionalistas que têm desafiado a ordem existente, desmantelando impérios, expropriando minas e fábricas estrangeiras. Porém, cabe lembrar que as mulheres nem sempre se beneficiam com o resultado destas ações cada vez que o sistema internacional é organizado por um movimento nacionalista. É necessário consciência, questionamento e organização por parte das mulheres dentro desses movimentos nacionalistas para torná-lo algo politicamente proveitoso para as mesmas.²¹

A política internacional é mantida com os homens no topo da política. Porém, contemporaneamente as mulheres que assumem uma postura feminista, têm revertido esse cenário. Além disso, essas mulheres que compartilham de suas experiências com outras mulheres, têm ajudado a promover mudanças e melhorias para elas mesmas no cenário internacional. A capacidade de desafiar a estrutura patriarcal na suas famílias e na sua comunidade é a chave pra mudar o mundo.

Para Halliday, as mulheres têm seu lugar no estudo das relações internacionais. Porém, há uma recusa em aceitar a validade das preocupações feministas. Seria mais fácil deslocar essa discussão para outro âmbito, ou terreno ao invés de tentar resolvê-la no âmbito das relações internacionais. De acordo com o autor,

*Se estes perigos são reconhecidos, de nenhuma forma eles impedem um possível ou desejável engajamento feminista nas RI. Sem qualquer exagero, parece que existe bastante trabalho a ser feito sobre as mulheres e as relações internacionais. Espera-se que esta questão encontre um reconhecimento como um tópico importante e distinto dentro do programa total da disciplina e que se torne um elemento estabelecido da agenda de ensino. Este reconhecimento há muito lhe é devido.*²²

O movimento feminista que ocorreu no Brasil e no mundo, com o objetivo de lutar por direitos iguais trouxe sem sombra de dúvidas várias conquistas, porém ainda há muito que se fazer, pois essa real igualdade, principalmente de condições, entre mulheres e homens não existe de fato.

²¹ Ibidem.

²² Ver Fred Halliday, op. cit., p. 185.

Para Bezerra, “(...) as dificuldades enfrentadas não foram poucas, exatamente pelo fato de a dominação masculina estruturar universalmente a organização das sociedades e estar amparada pela lei e pela força, ocultando a mulher de uma consciência cultural, social e jurídica.”²³

Essa diversidade cultural e social existente entre as mulheres também ficou esquecida dentro do estudo das Relações Internacionais. Pois, no mundo contemporâneo, não basta haver também mulheres que brigam pelos seus direitos, porque ainda há o risco ideológico de elas deixarem de lado a bandeira do feminismo e se submeterem a uma masculinização, que acaba reproduzindo sua inferioridade em relação aos homens. É preciso haver mais mulheres com postura feminista para que estas evitem toda a negação dos seus direitos e principalmente a discriminação.

Para concluir este capítulo, utilizarei as palavras de Bezerra:

*Acredito que nos estudos e teorias das Relações Internacionais, há um enfoque muito grande na atuação do Estado, do Capital, das Empresas e das Organizações Supranacionais. Não quero dizer que isso não mereça ser estudado, e sim que estes atores, a todo o momento tomam decisões e agem influenciando direta ou indiretamente as pessoas, que passam a ser apenas agentes passivos deste contexto. Será que elas não possuem uma atuação relevante? As teorias das Relações Internacionais carecem de um enfoque maior na dimensão do sujeito como agente influenciador das relações entre as nações.*²⁴

O próximo capítulo irá abordar as políticas de promoção da igualdade de gênero, tais como, a lei de cotas e fará um comparativo entre a Argentina e o Brasil e a situação destes após a adoção da mesma.

²³ Ver Thaylise Sousa Bezerra, op. cit., p. 20.

²⁴ Idem, p. 51.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

Este capítulo tem por objetivo fazer uma análise dos mecanismos de promoção da igualdade de gênero, a partir de uma abordagem acerca da eficácia destas ações para a promoção da igualdade de gênero. Farei ainda uma análise das políticas de ação afirmativa, como por exemplo, a Lei de Cotas para as mulheres no Brasil e na Argentina. A pergunta fundamental é: será que essa lei, vem sendo cumprida dentro dos partidos políticos, tanto no Brasil quanto na Argentina, e cria mecanismos de incremento da participação das mulheres na política? Segundo Pflaum,

Embora esteja claro que um maior número de mulheres não significa um aumento automático de sua participação nos processos decisórios, uma redefinição das regras do jogo no espaço público ou uma transformação das relações assimétricas entre os gêneros, ocorreu com a entrada das mulheres no espaço político do país.²⁵

Medidas afirmativas são um tipo de política temporária para corrigir as desigualdades de gênero, classe social, etnia, entre outras diferenças, que visam à inclusão e assim evitar alguma forma de discriminação. Existem medidas afirmativas feitas dentro e fora do âmbito do Estado; as que são feitas dentro, envolvem as políticas de cotas, e as que são desenvolvidas fora do âmbito do Estado, mas que influenciam diretamente nos processos internos são aquelas desenvolvidas pela sociedade civil, igrejas, sindicatos, etc.

Nas palavras de Araújo²⁶:

São encontradas expressões como ‘ações afirmativas’, ‘ações positivas’, ‘discriminação positiva’ e ‘política de cotas’. Há em comum nessas e noutras definições a noção de intencionalidade relativa a um tratamento preferencial ou compensatório a um determinado grupo ou parcela social que se encontra em posição de desvantagem social ou sub-representado politicamente, em razão de discriminações, preconceitos ou estereótipos passados ou presente. s

²⁵ Ver Maria Rigat-Pflaum, *La participación política de las mujeres en la Argentina del siglo XXI: ¿ un resultado de la Ley de Cupo?* Argentina: Fundación Friedrich Ebert, 2008, p.01, tradução minha.

²⁶ Ver ARAÚJO apud MATOS, Marlise.; CYPRIANO, Breno.; BRITO, Marina. *Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, p. 4.

A política de cotas é um dispositivo legal que garante uma porcentagem para determinados grupos sociais como mulheres, negros, imigrantes, deficientes físicos, com o intuito de poder assegurar uma maior inclusão destes com caráter de igualdade em contextos nos quais estariam sujeitas à discriminação, ou seja, em locais onde há uma desigualdade naturalizada. Algumas políticas de cotas hoje, no Brasil, são as para estudantes negros e as para as mulheres ingressarem na política. Vou aprofundar mais o estudo nas cotas de gênero devido ao objetivo deste trabalho.

As cotas de gênero garantem que as mulheres possam constituir uma parte do corpo político sendo este uma lista de candidatos, uma assembléia, ou uma comissão parlamentar. Um dos seus benefícios é que as cotas de gênero podem diminuir o abismo existente entre o número de mulheres e homens que participam da política. Dentro das cotas de gênero existem as cotas legislativo-constitucionais e as cotas voluntárias. As cotas legislativo-constitucionais estão estipuladas em disposições legais e todos os agentes políticos devem cumpri-la; já as cotas voluntárias estão relacionadas aos próprios partidos políticos sendo que estes podem estabelecer uma porcentagem para conter um determinado número de homens ou mulheres.

2.1 – Lei de Cotas para candidaturas de mulheres: Argentina x Brasil

A escolha destes dois países da América Latina para a análise da efetividade da lei de cotas se deu por alguns motivos, sendo estes: (i) os dois são Estados bicamerais; (ii) possuem sistema presidencialista de governo; (iii) possuem sistema eleitoral proporcional, (iv) são vizinhos e parceiros no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e (v) são os dois extremos com candidaturas de mulheres – a Argentina é o país com a maior atuação de mulheres no poder legislativo e o Brasil ocupa as últimas posições, de acordo com as tabelas e gráficos abaixo.

Tabela 01

Classificação mundial da participação feminina no parlamento

CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL									
Posição	País	Câmara de Deputados ou Casa Baixa				Senado ou Casa Alta			
		Eleições	Cadeiras	Mulheres	% M	Eleições	Cadeiras	Mulheres	% M
1	Ruanda	9 2008	80	45	56.3%	10 2003	26	9	34.6%
2	Suécia	9 2006	349	162	46.4%	---	---	---	---
3	África do Sul	4 2009	400	178	44.5%	4 2009	54	16	29.6%
4	Cuba	1 2008	614	265	43.2%	---	---	---	---
5	Islândia	4 2009	63	27	42.9%	---	---	---	---
6	Holanda	11 2006	150	63	42.0%	5 2007	75	26	34.7%
7	Finlândia	3 2007	200	80	40.0%	---	---	---	---
8	Noruega	9 2009	169	67	39.6%	---	---	---	---
9	Moçambique	10 2009	250	98	39.2%	---	---	---	---
10	Angola	9 2008	220	85	38.6%	---	---	---	---
11	Argentina	6 2009	257	99	38.5%	6 2009	71	25	35.2%
108	Brasil	10 2006	513	45	8.8%	10 2006	81	10	12.3%

Fonte: Inter – Parliamentary Union (IPU); 28 de abril de 2010.

A tabela acima mostra claramente as diferenças entre Argentina e Brasil, assim como foi apresentado na introdução deste trabalho. A partir dos dados mostrados, pode-se perceber que a equação mulher e política na Argentina é desejável, onde as mulheres ocupam mais de 30% das cadeiras tanto na Câmara de Deputados quanto no Senado, enquanto no Brasil essa igualdade está longe de ser alcançada. A desigualdade de gênero existente no Brasil, especialmente na esfera política, é muito nítida e mostra que essa situação, contemporaneamente, é insustentável diante de um cenário onde a luta das mulheres na busca por igualdade de direitos é bastante evidente.

Tabela 02

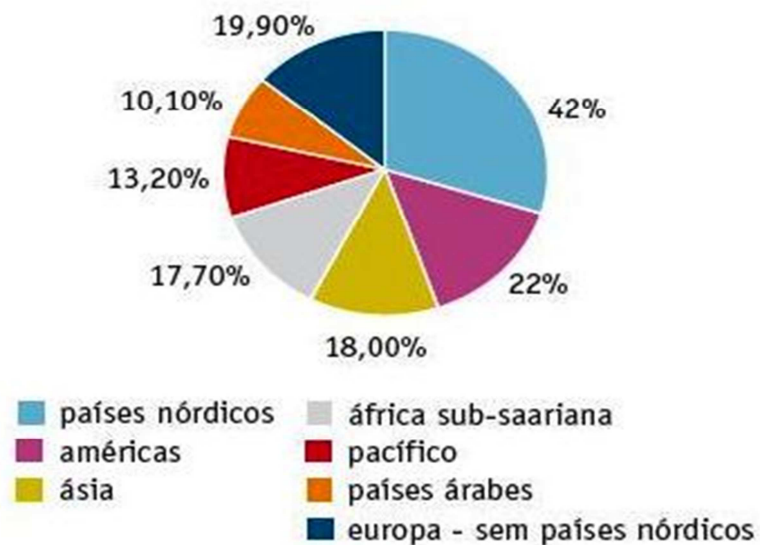
Participação feminina no Legislativo na América do Sul, 2006

Posição	País	Posição no Ranking Mundial
1	Argentina	9
2	Guiana	17
3	Suriname	26
4	Peru	55
5	Venezuela	59
6	Bolívia	63
7	Equador	66
8	Chile	70
9	Colômbia	86
10	Uruguai	92
11	Paraguai	99
12	Brasil	107

Fonte: Observatório Político Sul – Americano IUPERJ/UCAM. Janeiro de 2008

Gráfico 01

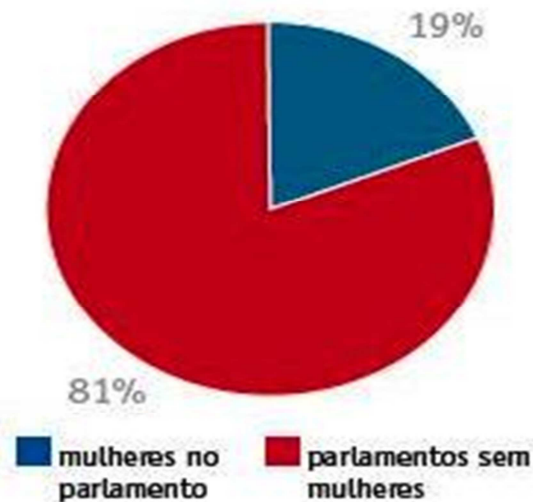
Participação das mulheres em parlamentos no mundo – valores brutos



Fonte: Mais Mulheres no poder Brasil – Relatório 2009/2010.

Gráfico 02

Participação de mulheres em Parlamentos no mundo – em %



Fonte: Mais Mulheres no poder Brasil – Relatório 2009/2010.

De acordo com Rangel,

Os países que possuem maior número de mulheres em seus parlamentos são os que acabam desenvolvendo leis de igualdade entre os sexos. (...) De uma forma ou de outra, o resultado é sempre positivo, pois obtém sucesso em incrementar o número de mulheres atuando no espaço público. Desde que entraram em vigor, as cotas elevaram a representação feminina no Congresso de 6% para 36% na Argentina, de 16% para 39% na Costa Rica, de 11% para 30% no Peru e de 9% para 22% no México.²⁷

A Argentina sancionou a lei 24.012 em 06 de Novembro de 1991. A Ley de Cupo (Lei de Cotas) estabelece que 30% das listas eleitorais sejam compostas por mulheres. A lei foi utilizada pela primeira vez nas eleições de 1993 e na década de 1990 a lei teve um efeito multiplicador e positivo. A lei 24.012 e o seu decreto regulamentário 379/1993 dispõe o seguinte:

“Artículo 2º: El TREINTA POR CIENTO (30%) de los cargos a integrarse por mujeres, según lo prescrito por la ley 24012, debe interpretarse como una cantidad mínima. En los casos en que la aplicación matemática de este porcentaje determinara fracciones menores a la unidad, el concepto de cantidad mínima se regirá por la tabla que como Anexo A integra el presente decreto.

Artículo 3º: El porcentaje mínimo requerido por el Artículo 1º de la Ley 24012 se considerará cumplido cuando dicho porcentaje alcance a la totalidad de candidatos de la lista respectiva, incluyendo los que cada Partido Político, Confederación o Alianza transitoria renueve.

Artículo 4º: Cuando algún Partido Político, Confederación o Alianza Transitoria se presentara por primera vez, renovara un candidato o no renovara

²⁷ Ver Patrícia Rangel. *Entre preconceitos e átomos: a participação feminina nas Câmaras de Deputados da Argentina, do Brasil e do Uruguai*. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano (OPSA), v.3, n.1, jan, 2008, p. 16.

candidatos se tomará en cuenta, a los fines de lo establecido en el Artículo anterior, que la cantidad de cargos es igual a uno. En este caso será indiferente colocar en el primer puesto a mujer o varón, pero en los siguientes lugares de la lista se incluirán regularmente UNA (1) mujer por cada DOS (2) varones hasta que se cubra el porcentaje mínimo que exige la Ley 24012 dentro del número total de cargos.

Artículo 5º: En el caso en que el Partido Político, Confederación o Alianza Transitoria renueven dos cargos, al menos uno de los candidatos propuestos debe ser mujer.

Artículo 6º: Las Confederaciones o Alianzas Transitorias deberán ajustarse a lo establecido en los Artículos precedentes, garantizando la representación del Treinta Por Ciento (30%) de mujeres en la lista oficializada, con independencia de su filiación partidaria y con los mismos requisitos establecidos por los Partidos Políticos, sin excepción alguna.”

Rangel também faz críticas à lei de cotas Argentina alegando que a mesma é um fator limitante para a participação das mulheres, pois só lhes reconhece 30% da participação nos partidos políticos e assim acaba incentivando os mesmos a colocarem somente a porcentagem mínima de mulheres nas listas. Porém, mesmo com as críticas, a Argentina continua ocupando as primeiras posições nos rankings da participação feminina na política. Já, no Brasil, a lei 9.100 que institui a lei cotas foi sancionada em 29 de setembro de 1995 e em 1997 sofreu algumas modificações pela lei 9.504 de 1997.

Segundo Matos,

A política de cotas para mulheres no legislativo, a partir da Lei 9.504/1997, na verdade, não foi efetivamente política de cotas para mulheres, mas sim a reserva de um número mínimo (e máximo) de vagas para ambos os sexos. Nesse sentido, cada sexo – masculino ou feminino – poderá preencher, no máximo, setenta por cento das vagas de candidaturas, devendo os trinta por cento restantes ser reservados para outro sexo. Mas uma vez, como não se trata de um número mínimo de candidaturas, mas de reserva de vagas, caso não preenchidas todas as vagas legalmente instituídas, não teríamos qualquer eficácia: mas se tornara possível a argumentação de que as vagas foram disponibilizadas para mulheres, mas estas é que não aparecem para preenchê-las.²⁸

O texto da lei brasileira dispõe:

“Artigo 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

²⁸ Ver Marlise Matos; Breno Cypriano.; Marina Brito, op. cit., p. 11.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”

Assim como a Argentina, o Brasil também recebe críticas quanto ao número de mulheres na política, o mesmo apresenta uma situação um tanto desconfortável em relação aos demais países da América Latina ocupando as últimas posições nos rankings analisados. Porém de acordo com uma pesquisa apresentada pela Secretaria Especial de Políticas para as mulheres da Presidência da República, com bases do ano 2002, a maioria da população acredita que o Brasil ganharia com mais mulheres na política além do que, a maioria é favorável a incentivos para a igualdade política. Assim de acordo com a pesquisa, podemos analisar:

Tabela 03

População ganharia com mais mulheres na política

	CONCORDA Totalmente/ Em parte	Nem concorda Nem discorda	DISCORDA Totalmente/Em parte
Amostra total – 2002	%	%	%
. A presença de mulheres na política e em outros espaços do poder e de tomada de decisão resulta numa melhoria da política e desses espaços	83	9	6
Só há democracia de fato com a presença de mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão	75	9	16
A população brasileira ganha com a eleição de um maior número de mulheres	73	11	13

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

O que pode ser visto nesta tabela acima é a discrepância que existe entre este dado e a realidade brasileira, onde na pesquisa as pessoas se mostram favoráveis a entrada de mulheres na política, mas na prática não votam nas mulheres ou não incentivam as mesmas a fazerem parte do universo da política.

2.2 – Eficácia da Política de Cotas

Para Avelar²⁹, as cotas se apresentam como um instrumento de impacto imediato no processo de *feminização* das casas legislativas. Elas funcionam como mecanismos de discriminação positiva para combater o problema estrutural da baixa participação feminina e corrigir a injustiça do monopólio da representação masculina e dos interesses desse grupo social. Mas, para que as cotas sejam realmente eficazes, é necessário que ocorram mudanças estruturais, nas políticas públicas dos países.

De acordo com o artigo de Luis Felipe Miguel intitulado “*Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação*”³⁰, a política de cotas é analisada no âmbito da sua implicação para o governo, ou seja, quais seriam as conseqüências do aumento da participação de mulheres no parlamento? Primeiramente, o autor aborda o conceito de “representação descritiva” – aquela que vê o parlamento como um mapa e só se enxerga a imagem perfeita da sociedade, porém em tamanho reduzido – a partir do que o autor argumenta que metade da população brasileira, que é composta por mulheres, seja representada por apenas 5% delas no Congresso.

Outro argumento levantado pelo autor é de que as mulheres dariam um tratamento diferenciado à esfera política por estarem acostumadas a cuidar dos filhos, da casa, justamente pelo fato de a maioria ser mãe. A este aspecto é atribuído o conceito de *care politics* (política do desvelo). Segundo Miguel:

*A ampliação do espaço das mulheres no poder significaria um abrandamento do caráter agressivo (tido como inerentemente masculino) da atividade política e uma valorização da solidariedade e da compaixão, como uma maior preocupação em relação a áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente. (...) O resultado seria uma atividade política mais ética e generosa, voltada para o bem comum, em vez da crua disputa pelo poder.*³¹

Diferente do que foi analisado por Miguel na citação acima, acredito que as mulheres estão se desvencilhando dessa característica de abrandamento e estão se inserindo de forma mais afirmativa, e até mesmo mais agressiva quando se faz necessário em outras esferas como

²⁹ Ver AVELAR apud RANGEL, Patrícia, op. cit., p. 20.

³⁰ Ver Luis Felipe Miguel. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15. Nº 44. Oct. 2000.

³¹ Idem, p. 92.

economia e segurança, por exemplo. Elas estão buscando mais espaços e lutando pela validação de seus interesses muito além das áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente.

Ainda relacionada à política do desvelo, Miguel alega que se as mulheres ocupam frequentemente somente as áreas ligadas ao social é porque não há espaço para elas no campo da administração pública, relações internacionais, política internacional, por serem consideradas estas como *high politics*, ou seja, cabendo somente aos homens as áreas socialmente valorizadas.

A política internacional ainda é muito marcada pela perspectiva realista, que prevê a supremacia do Estado nas Relações Internacionais (ou entende que o Estado é o único ator relevante nas Relações Internacionais). Então, a disputa pelas cadeiras do Estado (Presidente ou Primeiro Ministro) são extremamente competitivas. As falhas no mecanismo de inclusão das mulheres reproduzem em grande medida, esta estrutura hierárquica de poder.

O último argumento levado em conta pelo autor é justificado por premissas opostas:

*As mulheres devem se fazer representar não porque sejam os vetores de uma 'política desinteressada' mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), ele se revela injusto.*³²

Em janeiro de 2008, foi publicado um relatório produzido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, intitulado “*Women in the Americas: Paths to Political Power*”, em que apresenta os últimos dados sobre a participação de mulheres na política nas três Américas além do que, traça comentários a respeito dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres e faz breves análises a respeito da implementação e utilização da política de cotas para aumentar a participação de mulheres na arena política.

Para Leslie A. Schwindt-Bayer³³, uma das colaboradoras do estudo, as cotas podem ser mecanismos eficientes para aumentar a representação, desde que sejam implementadas apropriadamente. Há um questionamento feito ao final do relatório relacionado à seguinte questão: Como os países podem continuar trabalhando em favor da igualdade de gênero nas tomadas de decisão? Ou seja, o grande desafio é como implementar as cotas apropriadamente.

³² Ibidem.

³³ Ver Leslie A. Schwindt-Bayer. *Women in the Americas: Paths to Political Power. A report card on women in political leadership*. Inter-American Dialogue: January, 2008.

Diante deste questionamento, algumas soluções são apresentadas para ocorrer uma eficácia na implementação das mesmas.

A primeira é priorizar a educação das mulheres e sua independência econômica, pois aumentando o número de mulheres com educação superior, ocorrerá um aumento de mulheres qualificadas no mercado de trabalho e com experiências necessárias para a participação em cargos políticos. Além do que, haverá uma diversificação nos campos de estudo (engenharia, ciência política, economia, etc.) e de trabalho com a priorização da educação.³⁴

Segundo, é necessário haver uma adoção efetiva da política de cotas. As cotas de gênero são um instrumento fundamental para aumentar o número de mulheres na vida política se forem plenamente implementadas. É necessário estipular uma alta porcentagem para a representação de mulheres dentro dos partidos, 30% a 40%, e, além disso, incluir fortes mecanismos de fiscalização para que estas possam ser cumpridas.³⁵

Terceiro, de acordo com o relatório seria necessário haver uma redução de certas vantagens políticas, como por exemplo, a reeleição. A reeleição poderia prejudicar e diminuir as chances das mulheres entrarem na arena política. Embora, esta não seja uma solução desejável, é ainda uma saída. Outro caminho seria prover uma forma de treinamento especial para as mulheres durante as campanhas políticas, ou seja, ajudando-as a pedirem financiamento para as suas campanhas ou garantindo acessos adicionais aos meios de publicidade para as candidatas recém – chegadas.³⁶

Quarto, e última solução, seriam os programas de treinamento e educação para as mulheres. Os partidos políticos, Organizações não Governamentais (ONGs), e agências governamentais poderiam oferecer treinamento e programas educacionais para encorajar as mulheres para se envolver na política. Alguns partidos políticos na América Latina, já utilizam deste mecanismo como um esforço para atrair mulheres candidatas à política.³⁷

As duas tabelas seguintes mostram respectivamente os países da América Latina que adotam a Lei de Cotas e a participação das mulheres na política antes e depois da implementação desta.

³⁴ Ver Leslie A. Schwindt-Bayer, op. cit., p.18.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

Tabela 04
Lei de Cotas em países da América Latina

País	Câmara	Ano adotado	Preferência de voto	Percentual alvo	Mandato de colocação	Mecanismo de fiscalização	Porcentagem de mulheres eleitas ³⁸
Argentina	Alta	2001	Não	30	Sim	Forte	38.2
	Baixa	1991	Não	30	Sim	Forte	26.3
Costa Rica	Unicameral	1996	Não	40	Não/Sim ³⁹	Nenhum/Forte	31.0
Guiana	Unicameral	2000	Não	33	Não	Nenhum	24.5
México	Baixa	2002	Não	30	Sim	Forte	22.6
	Alta	2002	Não	30	Sim	Forte	17.2
Peru	Unicameral	1997	Sim	25/30 ⁴⁰	Não	Forte	22.5
Equador	Unicameral	1997	Sim	20/30/35 ⁴¹	Sim	Fraco	19.5
República Dominicana	Baixa	1997	Não/Sim ⁴²	25/33	Não/Sim ⁴³	Forte	17.7
Bolívia	Baixa	1997	Não	33	Sim	Forte	15.6
	Alta	1997	Não	25	Sim	Forte	7.4

Honduras	Unicameral	2000	Não/Sim ⁴⁴	30	Não	Nenhum	14.5
Paraguai	Alta	1996	Não	20	Sim	Forte	13.4
	Baixa	1996	Não	20	Sim	Forte	6.3
Panamá	Unicameral	1997	Sim	30	Não	Fraco	13.3
Venezuela ⁴⁵	Alta	1997	Não	30	Não	Fraco	12.1
	Baixa	1997	Não	30	Não	Fraco	8.8
Brasil	Baixa	1997	Sim	25/30 ⁴⁶	Não	Fraco	7.4

Fonte: Women in The Americas: Paths to Political Power. A Report Card on Women in Political Leadership. Janeiro de 2008.

³⁷ Ibidem.

³⁸ A porcentagem de mulheres eleitas considerada foi analisada no período após a adoção da lei de cotas nos respectivos países e 31 de dezembro de 2006;

³⁹ Costa Rica implementou o mandato de colocação e o mecanismo de fiscalização em 1999 e participou da eleição de 2002 com essa nova legislação;

⁴⁰ Peru aumentou o percentual alvo para 30% nas eleições de 2001;

⁴¹ A Lei de Cotas do Equador, em 1997, tinha o percentual alvo de 20%. No ano 2000, após uma revisão o percentual aumentou para 30% e ficou determinado que este aumentasse 5% nas eleições seguintes; nas eleições de 2006, o percentual alvo já era de 35%;

⁴² A República Dominicana adotou o sistema proporcional de representação eleitoral com lista aberta nas eleições de 2002;

⁴³ Alterações no código eleitoral da República Dominicana no ano 2000 aumentaram o percentual alvo para 33% e institucionalizou o mandato de colocação;

⁴⁴ Honduras mudou sua legislação eleitoral para permitir aos votantes expressarem suas preferências de voto para todos os candidatos que houver no partido caso haja cadeiras no distrito em questão e assim aumentar o número de mulheres eleitas;

⁴⁵ A Lei de Cotas venezuelana foi ratificada em 1997 e em 1998 adotada nas eleições, porém foi derrubada pela Suprema Corte em 2000;

⁴⁶ Brasil aumentou seu percentual alvo para 30% nas eleições de 2002;

Tabela 05

Porcentagem de representação de mulheres antes e depois da Lei de Cotas

País	Câmara	Pré-Cotas	Pós-Cotas	% de mudança
Argentina ⁴⁷	Alta	2.8 (1998)	33.3 (2001)	+ 30.5
Equador	Unicameral	3.7 (1996)	17.4 (1998)	+ 13.7
Argentina	Baixa	5.9 (1991)	14.4 (1993)	+ 9.4
Peru	Unicameral	10.8 (1995)	20.0 (2000)	+ 9.2
Paraguai	Alta	11.1 (1993)	17.8 (1998)	+ 6.7
México	Baixa	16.0 (2000)	22.6 (2003)	+ 6.6
Venezuela	Baixa	5.9 (1993)	12.1 (1998)	+ 6.2
Bolívia	Baixa	6.9 (1993)	11.5 (1997)	+ 4.6
República Dominicana	Baixa	11.7 (1994)	16.1 (1998)	+ 4.7
Costa Rica	Unicameral	15.8 (1994)	19.3 (1998)	+ 3.5
México	Alta	15.6 (2000)	17.2 (2006)	+ 1.6
Guiana	Unicameral	18.5 (1997)	20.0 (2001)	+ 1.5
Venezuela	Alta	8.0 (1993)	8.8 (1998)	+ 0.8
Panamá	Unicameral	9.7 (1994)	9.9 (1999)	+ 0.2
Bolívia	Alta	3.7 (1993)	3.7 (1997)	0
Paraguai	Baixa	2.5 (1993)	2.5 (1998)	0
Brasil	Baixa	6.6 (1994)	5.7 (1998)	- 0.9
Honduras	Unicameral	9.4 (1997)	5.5 (2001)	- 3.9

Fonte: Women in The Americas: Paths to Political Power. A Report Card on Women in Political Leadership. Janeiro de 2008.

Concluindo este capítulo, faz-se necessário uma promoção da igualdade de gênero entre as mulheres e entre os partidos políticos e desenvolver mecanismos eficazes para promover o acesso das mulheres na arena política. Por mais que o caminho para igualdade política seja longo, é fundamental reconhecer os esforços do trabalho das mulheres na busca por essa igualdade.

O seguinte capítulo abordará os aspectos relacionados à Argentina já que a mesma possui ainda uma maior participação de mulheres na política, e porque, diferentemente do Brasil, este país não torna a equação mulher e política imperfeita.

CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA ARGENTINA

Este capítulo abordará as razões pelas quais a Argentina alcançou e vem alcançando melhores resultados na participação de mulheres em cargos do poder legislativo. Será relatado também a experiência de vida da senadora Eunice Michiles, o que ela acredita que mudou após a implementação da lei de cotas brasileira e também será mostrado suas perspectivas para o futuro. Além disso, serão abordados os aspectos relacionados ao Brasil e quais mudanças deveriam ser feitas para que as mulheres possam participar mais ativamente de cargos do poder legislativo.

3.1 – A Conferência de Beijing

De acordo com o artigo intitulado “*A política de cotas na América Latina*”⁴⁸ publicado pela cientista política Mala Htun, do *Council on Foreign Relations*, na década de 90 ocorreram avanços significantes relacionados à participação de mulheres na política. Com a Lei de Cotas, mulheres de diferentes orientações político-ideológicas, passaram a se unir e frequentar espaços antes ocupados somente por homens e com isso a igualdade entre os sexos tornou-se um tema recorrente nas agendas políticas nacionais e internacionais.

Após a Conferência de Beijing (IV Conferência Mundial sobre as Mulheres), em 1995, onze países da América Latina (com exceção da Argentina), implementaram a Lei de Cotas em seus ordenamentos jurídicos. As decisões adotadas na Conferência de Beijing, mais conhecidas como Plataforma de Beijing, abriram espaço para a luta de mulheres buscando uma maior participação na arena política e assim também proporcionou um aumento de encontros regionais para discussão a respeito da Lei de Cotas e estudos sobre o caso da Argentina.

O tópico “G” da Plataforma de Beijing, *Women in Power and Decision Making*⁴⁹, traz algumas medidas que deveriam ser adotadas pelos governos, partidos políticos e pelas organizações de mulheres, para que a igualdade entre sexos na arena política fosse alcançada. De acordo com o texto da Conferência de Beijing, as ações a serem tomadas são:

⁴⁷ O Senado Argentino teve sua primeira eleição em 2001, no primeiro ano da entrada em vigor da Lei de Cotas. Antes de 2001, o Senado era um órgão nomeado.

⁴⁸ Ver Mala Htun. *A Política de Cotas na América Latina*. Revista Estudos Feministas. Vol. 9. Nº 1, Florianópolis: 2001.

⁴⁹ Ver site da *The United Nations Fourth World Conference on Women*. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/decision.htm>

*Actions to be taken*⁵⁰
By Governments:

Take measures, including, where appropriate, in electoral systems that encourage political parties to integrate women in elective and non-elective public positions in the same proportion and at the same levels as men;
Protect and promote the equal rights of women and men to engage in political activities and to freedom of association, including membership in political parties and trade unions;
Review the differential impact of electoral systems on the political representation of women in elected bodies and consider, where appropriate, the adjustment or reform of those systems;
*By political parties:*⁵¹

Consider examining party structures and procedures to remove all barriers that directly or indirectly discriminate against the participation of women;

Consider developing initiatives that allow women to participate fully in all internal policy-making structures and appointive and electoral nominating processes;
Consider incorporating gender issues in their political agenda, taking measures to ensure that women can participate in the leadership of political parties on an equal basis with men.
*By Governments, national bodies, the private sector, political parties, trade unions, employers' organizations, research and academic institutions, subregional and regional bodies and non-governmental and international organizations:*⁵²

Create or strengthen, as appropriate, mechanisms to monitor women's access to senior levels of decision-making;
Review the criteria for recruitment and appointment to advisory and decision-making bodies and promotion to senior positions to ensure that such criteria are relevant and do not discriminate against women;
Aim at and support gender balance in the composition of delegations to the United Nations and other international forums.
*By women's organizations, non-governmental organizations, trade unions, social partners, producers, and industrial and professional organizations:*⁵³

Advocate at all levels to enable women to influence political, economic and social decisions, processes and systems, and work towards seeking accountability from elected representatives on their commitment to gender concerns;

Em março deste ano, ocorreu em Nova York a *Beijing Mais 15*, em comemoração aos 15 anos da Conferência de Beijing. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM)⁵⁴ promoveu uma discussão global online para debater algumas questões apresentadas a respeito do tópico “G”, da Plataforma de Beijing. Eu, felizmente, tive a oportunidade de participar dessas discussões e vou colocar uma pergunta e uma resposta

⁵⁰ Ibidem

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ver site da The United Nations Development Fund for Women (UNIFEM). Disponível em: <http://www.unifem.org/forums/governance/index.php>

apresentada durante a discussão entre os meses de janeiro e fevereiro e assim fazer uma breve análise a respeito dos 15 anos da Conferência de Beijing.

Facilitator: *What are your recommendations for future action that will enable women to reach positions of power and decision making? Please reflect on the challenges and gaps identified in your work and what steps need to be taken in the era Beijing+15.*

Anna Karolina: *At the "G" topic of the Beijing platform, there is an aspect of the actions that should be taken by governments that I want to emphasize: "190. d. Review the differential impact of electoral systems on the political representation of women in elected bodies and consider, where appropriate, the adjustment or reform of those systems." This topic explains the situation of my country,*

Brazil.

Unfortunately, our government does not take important measures to facilitate and to increase the number of women in power and decision making. Our government must go through on an electoral reform, but unfortunately, it does not occur. It is hard to say that are other things more important than the women participation on power and decision making. We are fighting against some prejudices that avoid the women progress on elections. First of all, we should change our minds and admit that women, today, more than ever, are able to assume this kind of positions. The change comes from us. We have made important changes, have achieved a great part of our goals, specially the possibility to vote and also be voted, the suffrage, but these changes do not stop here. Life continues and we are at 21st century claiming for a bigger change.

Brazil needs to start this political revolution and also implement the objectives of Beijing platform because the central idea of the platform is to promote Equality, Development and Peace. So, we need to do our best to achieve these objectives. Otherwise, we will not have equality, development nor peace⁵⁵

A oportunidade de participar da discussão foi uma forma de compartilhar a minha percepção a respeito das mudanças ocorridas e dos obstáculos enfrentados pelo Brasil 15 anos após a Conferência de Beijing. Como fui a única brasileira a participar da discussão, pude perceber que outros países também passam ou passaram pelas mesmas dificuldades enfrentadas pelo Brasil. A discussão serviu como forma de aprendizado das experiências vividas por outros países, a partir da ótica dos outros participantes. Assim, o primeiro passo para a mudança da situação brasileira é levar em conta essas experiências e adequá-las para o cenário do país.

⁵⁵ Ibidem.

3.2 – O caso da Argentina

O caso de sucesso vivido pela Argentina se deve principalmente ao sistema eleitoral do país além do que se deve levar em conta aspectos históricos, culturais e sociais. É algo que já está enraizado no país e que assim, permite à Argentina alcançar esses resultados tão altos na participação de mulheres na política e inclusive tendo eleito sua primeira presidenta.

Em relação aos vizinhos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o artigo mencionado anteriormente, da cientista Mala Htun⁵⁶, faz um breve resumo a respeito do sistema eleitoral destes países o que nos possibilita um entendimento mais fácil a respeito do êxito alcançado pela Argentina.

De acordo com o artigo, o primeiro fator que se deve levar em conta é a característica da lista partidária, se esta é aberta ou fechada. Na lista fechada, como é no caso da Argentina e do Paraguai, por exemplo, os eleitores votam no partido e não nos candidatos; assim sendo, a quantidade de votos recebida pelo partido, vai definir quantos candidatos serão eleitos. Já, na lista aberta, como é no caso do Brasil, os eleitores votam nos candidatos e não nos partidos; assim, os candidatos que serão eleitos, serão aqueles que receberem mais votos. Neste caso, vai haver uma competição interna em cada partido, ou seja, os candidatos vão disputar a preferência de voto dos eleitores.⁵⁷

O segundo fator é a norma de obrigatoriedade de posição (mandato de colocação). Ou seja, é necessário colocar as mulheres nas primeiras posições da lista e não nas últimas posições. No caso da Argentina, por exemplo, a lei prega que cada terceira posição deve ser obrigatoriamente ocupada por uma mulher. Se o partido concorre, por exemplo, a duas vagas em um Distrito, uma das duas vagas deve ser ocupada por uma mulher.⁵⁸

O terceiro fator é o tamanho do Distrito eleitoral. Nesse caso, se um Distrito for pequeno e houver uma quantidade muito grande de partidos concorrendo às eleições, a eficácia da política de cotas será menor. Assim sendo, quanto maior a circunscrição eleitoral, maior a possibilidade de eleger mais mulheres.⁵⁹

⁵⁶ Ver Mala Htun, op. cit., p.228.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

O quarto e último fator é o compromisso partidário. Os partidos devem se comprometer a cumprir com a lei de cotas. No caso brasileiro, a legislação de 1998 estabelecia que 25% das vagas deveriam ser destinadas às mulheres, mas na realidade, o que ocorre é que apenas 10% dessas vagas são preenchidas com as mesmas.

De acordo com Mala Htun:

*Na argentina, as ativistas femininas forçaram o compromisso com os partidos. Lá, uma combinação de listas partidárias fechadas, obrigatoriedade de posicionamento competitivo e uma moderada magnitude da circunscrição eleitoral criaram as condições favoráveis para a eficácia do sistema de cotas.*⁶⁰

A tabela abaixo mostra a dispersão do poder e sistema político eleitoral na Argentina, Brasil e Uruguai. A análise que pode ser feita a partir da tabela é que Argentina e Brasil apresentam algumas características em comum, tais como um bicameralismo forte e o sistema eleitoral proporcional. Porém, na Argentina há uma tendência a uma concentração de poder devido ao sistema eleitoral forte com listas fechadas e também apresenta um favorecimento aos partidos maiores devido ao tamanho dos distritos e há uma limitação ao número de partidos parlamentares através da cláusula de barreira.⁶¹

Já, no sistema eleitoral brasileiro há uma característica consensual maior que na Argentina. Mas, com as distorções do sistema majoritário, que privilegia os partidos maiores e adota como magnitude dos distritos os limites estaduais, existe um efeito redutor nas eleições para o Senado. O Brasil também apresenta um sistema de lista de escolha individual e a ausência de uma cláusula de barreira que indicam uma estrutura eleitoral com uma inexistência de influência sobre os partidos que aprofunda a invisibilização das mulheres.⁶²

O Uruguai apresenta a mesma tendência consensual que o Brasil, com maioria absoluta nas eleições para presidente, sistema bicameral e proporcional. Porém, essa forma bicameral assimétrica e congruente combinada ao voto partidário de lista fechada são elementos que fortalecem o sistema. Além do que, o país é pequeno e homogêneo o que proporciona um nível menor de fragmentação partidária.⁶³

⁶⁰ Ver Mala Htun, op. cit., p. 229.

⁶¹ Ver Luzia Helena Herrmann de Oliveira. Presidencialismos em Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Uruguai. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 2, 2006, p.313.

⁶² Ibidem.

Tabela 06
Dispersão do Poder e Sistema Político Eleitoral

Indicadores	Pesos	Tipos		Ponto	Argentina	Brasil	Uruguai
Eleições Presidenciais	Datas	1	Únicas	0		0	0
			Mistas	0,5	0,5		
			Separadas	0			
	Votos Exigidos	2	Maioria Simples	0			
			Relativa	0,5	0,5		
			Absoluta	1,0		1,0	1,0
Estado	Unitário Federativo	2	Unitário	0			0
			Federativo	1,0	1,0	1,0	
	Unicameral x Bicameral	2	Unicameral Bicameral fraco	0			
				0,25			0.25
			Bicameral Médio	0,5			
			Bicameral Forte	1,0	1,0	1,0	
Sistema Eleitoral para Câmara Alta	Magnitude do Distrito	2	Estadual /Provincial	0	0	0	
			Nacional	1,0			1,0
	Sistema Eleitoral	2	Majoritário	0		0	
			Misto	0,5	0,5		
			Proporcional	1,0			1,0
Sistema Eleitoral para Câmara Baixa	Magnitude do Distrito	2	Distrital	0			
			Estadual /Provincial	0,5	0,5	0,5	
			Nacional	1,0			1,0
	Sistema Eleitoral	2	Majoritário	0			
			RP - Lista Fechada	0,5	0,5		0,5
			RP- Escolha Individual	1,0		1,0	
	Sistema de Cotas	2	Não	0	0	0	0
			Sim	1,0			
	Cláusula de Barreira	2	Sim	0	0		
Não			1,0		1,0	1,0	
Média Ponderada					0,45	0,58	0,60

Fonte: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 2, 2006, p.313.

Para Maria Rigat-Pflaum, durante os anos 1989-1990 as mulheres argentinas lutavam para adoção da lei de cotas. Seu lema era “*una mujer en política: cambia la mujer; muchas mujeres en política: cambia la política*”⁶⁴. Com a ascensão das mulheres ao poder, os temas da plataforma política passaram a ser mais abrangentes envolvendo projetos de leis como violência familiar, aborto, adoção, assédio sexual, entre outros.

Desde então, foi criada uma Bancada de Mulheres na Argentina, devido ao aumento do número de mulheres deputadas e com isso, houve também, uma diversificação dos temas da

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ver Maria Rigat-Pflaum, op. cit., p. 4.

agenda política, incluindo os objetivos do milênio e um maior acesso à justiça. O principal objetivo da Bancada de Mulheres é fomentar sinergias entre os diferentes blocos, para gerar um diálogo no sentido de melhorar a capacidade das propostas para as mulheres no país, construindo a igualdade à diferença.

A elevada participação de mulheres se deve também a um fator histórico. Para Pflaum, o caminho aberto por Eva Perón atuando como primeira dama trouxe conseqüências político-ideológicas profundas, principalmente com a criação da Fundação Eva Perón para assistência social, especialmente para os mais pobres. De acordo com a autora, “o peronismo mostrou que as relações pessoais não são um empecilho para as carreiras políticas das mulheres.”⁶⁵

3.3 – O caso brasileiro

Em abril de 2010, foi realizada uma entrevista com a senadora Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil. A senadora conta, por meio de um relato muito interessante, os caminhos e os obstáculos enfrentados em um campo de dominação masculina e como superou todas as dificuldades e pode afirmar sua posição na esfera política.

A primeira pergunta feita para a senadora é se haveria alguma diferença de gênero para o exercício do cargo de senador. Para Eunice Michiles:

Eu acho que hoje bem menos; na época em que eu fui senadora, começava a dificuldade para você entrar na política, não só pelas questões legais, mas pela cultura. Porque veja bem, na minha época, época da ditadura, a mulher tinha que ser mais sossegada, fina, mais tranqüila, o que não condiz muito com a política. Você tem que ir para o palanque, tem que gritar, tem que ser firme e isso não casava muito bem com o que se esperava de uma mulher, então era bem mais difícil exercer a atividade política. E para ser senadora o negócio era muito alto para se almejar. Quando entrei, recebi muitos afagos dos colegas, e flores e poesias, mas eu percebia muito claramente que eles me viam ali como uma dama, jamais como uma colega. Era para eu ficar ali “bonitinha”, quietinha; não era para eu exercer o cargo. Essa era a situação.

A segunda pergunta relacionou as dificuldades encontradas pela senadora ao chegar ao Senado. De acordo com ela:

Primeiro, era uma dificuldade pessoal; o pavor de estar ali, pois era um santuário masculino. E você ter a ousadia, a coragem de penetrar ali era um ato de ousadia muito forte e realmente foi difícil. A grande dificuldade era porque eu me achava pequena; na época nós tínhamos Jarbas Passarinho, Paulo

⁶⁵ Idem, p. 5, tradução minha.

Brossard e outras “estrelas” da época. E eu dizia: Meu Deus, o que eu vim fazer aqui? Como eu vim parar aqui? E até para a época mesmo, você não podia ousar em ser igual ao homem. Logo depois, deu para perceber que é um caminho; você podia seguir aquele caminho, dar o seu recado. Foi um pouco difícil, mas eu cheguei lá.

Quando questionada sobre os preconceitos sofridos durante a carreira política, Eunice remete à primeira questão reafirmando que a viam apenas como uma dama para enfeitar o senado. Nas suas palavras, “... *toda bonitinha, toda arrumadinha. Mas tinha que ficar ali quieta.*”

A carreira política da senadora Eunice Michiles começou de uma forma curiosa. Antes ela tinha pavor, pois acreditava que a política a mantinha afastada da companhia do seu esposo, na época deputado estadual do Amazonas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eunice, contudo, sempre foi ligada às questões sociais e como já conhecia os meandros da política resolveu se entrosar devido também ao fato de morar no interior do Amazonas, no município de Maués. A senadora via as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da região e diante de problemas vividos em seu casamento, começou a se entrosar na vida política. Portanto, resolveu se candidatar; chegou ao diretório, na época, em que ela mesma relatou os partidos que tinham mulheres em seu quadro tinham um destaque maior, um diferencial comparado aos outros partidos. Foi muito bem recebida, mas apenas como figurante, não para se eleger.

Em relação à sua admissão na carreira política, vale destacar que essa é uma característica muito marcante no Brasil, onde a maioria das mulheres ingressa na política por influência dos pais, irmãos e até mesmo dos maridos, como é no caso da senadora Eunice Michiles. De acordo com uma entrevista dada pela professora de Ciências Sociais da UFPR, Luciana Fernandes Veiga⁶⁶, isso ocorre porque há uma transferência de capital político do familiar para a candidata, onde na maioria das vezes um número muito grande de pessoas da mesma família faz parte da arena política. Além do que, no Brasil, os partidos de esquerda dão mais espaço para a candidatura das minorias, nesse caso, das mulheres.

Já no caso da Argentina, o movimento feminista ocorreu de forma muito mais intensa do que no Brasil. As mulheres participaram mais ativamente das reformas políticas e econômicas do país sempre questionando a igualdade de sexos e levando em conta os seus direitos; participaram inclusive da reforma do Código Civil argentino e apoiaram a cidadania plena para elas. O movimento feminista na Argentina não foi campo exclusivo da classe média, mas sim um

⁶⁶ Ver *site* do Jornal Comunicação – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/2835>.

esforço desde as classes operárias até as mais profissionais.⁶⁷ Outro fator que deve ser considerado é a participação das mulheres argentinas na ditadura militar onde o principal movimento ficou conhecido como Madres de Plaza de Mayo, onde várias mães foram às ruas buscar por notícias dos seus filhos desaparecidos durante os anos da ditadura. A partir destes aspectos, pode-se perceber que na Argentina, a participação política das mulheres deve-se muito mais a um aspecto cultural ao contrário do Brasil, onde a maioria das mulheres ingressa na política por influências familiares.

A quinta pergunta feita a Eunice relacionou à política de cotas, se esta favorece a entrada de mulheres na política, ou se até hoje, nós brasileiros, ainda não alcançamos o resultado esperado. Para Eunice:

Eu acho que é uma medida de emergência, até que as mulheres se entusiasmem, participem mais. Eu acho que deu algum resultado, pois veja hoje os quadros ainda não são tão desejáveis, mas, aumentou muito. Hoje você tem uma proporção bem maior de mulheres militando na política.

Ao perguntar à entrevistada se havia alguma diferença entre as mulheres que são dos partidos de “esquerda” ou de “direita”, no exercício da política, ela hesitou em utilizar o termo “esquerda” preferindo a utilização do termo “oposição”. Para ela, o preconceito existe pelo simples fato de ser mulher. Para aquelas mulheres da “oposição”, é necessário ter o perfil psicológico apropriado. Essas mulheres teriam de ser guerreiras, no sentido de que essas mulheres teriam que falar alto e, se impor de forma diferente para chamar a atenção. Eunice completa dizendo que este não era o seu perfil; ela seria mais conciliadora. E termina a pergunta alegando que é uma questão de personalidade e perfil psicológico.

Na penúltima pergunta, pedi para Eunice fazer uma análise do cenário atual brasileiro com a candidatura de algumas mulheres à presidência. Para ela:

Houve um grande avanço. Jamais se admitiria, há alguns anos, uma mulher se lançar como candidata à Presidência da República. Hoje, nós vemos a mulher com grandes possibilidades. Acho que esse já é um grande avanço. Não tem mais barreiras. A mulher tem que se superar, senão vão dizer: “ah, é porque é mulher.” Até no trânsito, é assim. Mas na verdade, quando o homem erra, ele simplesmente errou, aconteceu. Mas a mulher, quando chega a um posto desses, não se admite que ela erre. Ela tem que dar certo. E isso é mais uma carga, mais uma responsabilidade para a mulher.

⁶⁷ Ver *site* da Frentes Avanzados de la Historia (Mujeres, feminismo y cambio social, en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940). Disponível em: <http://maytediez.blogia.com/2009/041801-mujeres-feminismo-y-cambio-so.php>.

A última pergunta feita à senadora, disse respeito ao papel da mídia, se esta continua distorcendo a imagem das mulheres que estão na esfera política. Eunice acredita que sim, mas que hoje, comparado à sua época, essa cobrança da mídia é relativamente menor. Em certo trecho da entrevista, ela relata:

Nossa! Como eu era exigida que estivesse sempre muito bem penteada, muito bem vestida, muito bem arrumada. Era uma exigência, eu tinha que estar assim. Acho que hoje, esse fator é ainda cobrado, até porque a mulher se cobra muito. Ela quer estar sempre bonitinha arrumadinha. Porém, hoje, a mulher já se expõe cada vez mais de cara lavada, porque ela precisa mostrar os frutos e as conseqüências do seu trabalho. Na verdade, a mídia exige que a mulher esteja bonitinha, arrumadinha e que seja eficiente, e que seja boa política, boa dona de casa, boa esposa, boa mulher, boa mãe, enfim. Ainda é um peso grande para a mulher.

Apesar dos avanços relatados pela senadora, as cobranças para as mulheres que se lançam à política ainda são muitas, não só as cobranças para ser boa mulher ou boa mãe como relatou a senadora, mas também as cobranças vindas da mídia. Porém, essas experiências vividas por essas mulheres ainda são esquecidas e não são levadas em conta na análise da política internacional. Para concluir este tópico, utilizarei as palavras de Enloe:

Até agora, a análise feminista teve pouco impacto na política internacional. Comentaristas de política externa e tomadores de decisão parecem particularmente confiantes em demitir idéias feministas. Raro é o comentarista profissional em política internacional, que leva a sério a experiências de mulheres. Experiências de mulheres - de guerra, casamento, comércio, viagens, trabalho de fábrica - são relegadas para a coluna 'interesse humano' “⁶⁸

3.4 – Perspectivas para o futuro

A partir dos dados analisados anteriormente, notou-se que a participação das mulheres na política não está somente relacionada à lei de cotas que favorece sua entrada nessa esfera, mas também a aspectos culturais, históricos e sociais. Para o futuro, é importante fazer uma análise de tudo o que foi feito e o que não foi feito em prol das mulheres, para ocorrer uma mudança na situação apresentada pelo Brasil.

De acordo com Avelar,

As cotas por si só não promovem transformações completas, pois se tratam somente de obrigações se não forem acompanhadas de outras ações afirmativas. São exemplos dessas medidas: o maior envolvimento feminino na política em

⁶⁸ Ver Cynthia Enloe, op. cit., p. 3, tradução minha.

*todas as suas manifestações – partidos políticos, agremiações profissionais, sindicatos, movimentos sociais, etc.; recrutamento e formação de lideranças e formulação de estratégias, a conquista de apoio financeiro de agentes solidários e a posse de recursos necessários para a organização política; a formação de militantes com uma consciência feminista nas agências de organização política para despertar o gosto pela participação e a coesão entre as mulheres; desenvolvimento de pesquisa sobre o tema; formação de lobbies visando pressionar os governantes a favor das demandas femininas; a conformação de grupos de apoio que possam organizar o debate sobre as demandas das mulheres, como a Emily's nos EUA, que arrecada fundos para as mulheres para superar dificuldades financeiras encontradas pelas candidatas na competição eleitoral.*⁶⁹

O Instituto Social y Político de la Mujer (ISPM), uma organização não governamental argentina, publicou em 2008 um artigo intitulado “*Las Mujeres y el Poder*”⁷⁰, e nele há uma campanha chamada “*50-50 por el equilibrio en la representación*”⁷¹. Para o ISPM, os números são importantes, mas não é a única condição para que as mulheres ascendam à participação igualitária, ativa e informada nas tomadas de decisão de tomo econômico, político ou social. Além do que, os estereótipos de gênero e as atitudes discriminatórias ainda são um sério obstáculo para a participação política das mulheres. O ISPM acredita que a campanha 50-50 só fará sentido e será eficaz quando um grupo de mulheres em sua diversidade e em cada país do mundo ocupe posições de tomada de decisões em todos os níveis, incluindo o internacional, quando os temas com perspectiva de gênero sejam incluídos na agenda política e assim os objetivos de igualdade, paz e direitos humanos para todos e todas possam valer no século XXI.

O Brasil, diferente da Argentina, vem experimentando um crescimento negativo e desfrutando de uma posição não muito elevada no ranking mundial. A pergunta que ainda resta é: qual é o motivo para o Brasil não obter crescimentos relevantes na participação de mulheres na política? Para Mala Htun⁷², o primeiro fator está relacionado à lista aberta, pois esta gera uma competição interna nos partidos; segundo, a lei de cotas no Brasil não é obrigatória, pois os partidos têm que reservar 30% das vagas para mulheres, mas não tem de preencher todas as vagas necessariamente com mulheres; e em terceiro, a lista fechada funciona melhor que a lista aberta, pois os partidos podem controlar a entrada de mulheres na lista. Ou seja, nesse caso, predomina a norma da obrigatoriedade de posição competitiva onde os partidos devem colocar as mulheres no início da lista e não nas últimas posições.

⁶⁹ Ver AVELAR apud RANGEL, Patrícia, op. cit., p. 22.

⁷⁰ Ver site do Instituto Social y Político de la Mujer (ISPM). *Las Mujeres y el Poder*. Disponível em: <http://www.ispm.org.ar/index.html>

⁷¹ Idem.

⁷² Ver Mala Htun, op. cit., p. 230.

Segundo Miguel⁷³, em um artigo publicado para a Revista Estudos Feministas, intitulado “*Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil*”, por mais que haja essa reserva de 30% de vagas para as mulheres, existem regiões do Brasil em que mais de 85% das Câmaras Municipais é formada por homens. Ou seja, para o autor essa timidez da lei de brasileira, comprime a possibilidade de ampliação expressiva da presença feminina nos espaços de poder.

Para concluir este capítulo, é necessário fazer uma reavaliação do sistema eleitoral deste país e tentar promover mudanças na legislação para que esta seja mais igualitária. As cotas podem trazer um aumento do número de mulheres participando da política, porém é necessário que o governo, os partidos, a sociedade civil, etc. estejam engajados nesta mudança. É essencial haver um incentivo para a participação das mulheres na esfera política. Para Rangel⁷⁴, os obstáculos enfrentados pelo Brasil são devidos principalmente a uma cultura sexista e patriarcal. Além do que, em um país conservador como o nosso, o debate político é pouco eficaz devido aos preconceitos. A sociedade precisa reconhecer que as mulheres são capazes de contribuir com a qualidade e permanecer na esfera política tanto como os homens para assim vivermos em uma sociedade igualitária de fato.

⁷³ Ver Luis Felipe Miguel. *Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, Vol. 14, Nº. 2, Sept. 2006, p. 382.

CONCLUSÃO

Por mais que as mulheres tenham alcançado grandes objetivos e méritos dentro da esfera de estudo das Relações Internacionais, ainda há muito que se fazer para que essas conquistem mais espaço, principalmente no âmbito da política. É necessário que as mulheres que compõem a sociedade política de fato mudem suas posturas e passem a defender a bandeira do feminismo. É necessário vestir a camisa do feminismo e não se submeter a comportamentos mais masculinizados para promoverem mudanças. Citando Bezerra, “(...) acredito que um desafio bastante relevante é o estudo das disciplinas que enfocam mais o feminismo nas teorias políticas dentro das universidades, escolas e centros de pesquisa (...).”⁷⁵ Ou seja, é preciso uma mudança na estrutura e na forma de se fazer relações internacionais para que as correntes de gênero tenham seu devido estudo legitimamente garantido. Penso, que de certa forma, estamos vivendo em uma época em que está ocorrendo uma revolução no estudo das Relações Internacionais com a emergência de novos temas na agenda internacional que não giram somente em torno do Estado, da economia e da segurança, mas ainda há muito que caminhar.

Diante da situação analisada, Argentina x Brasil, no decorrer desta monografia, é nítido o fato de que o Brasil devido a uma série de fatores analisados, não apresentará mudanças tão cedo se não houver interesses em promovê-las. A Argentina poderia ter estacionado e se contentado apenas com os elevados índices e posições em rankings de participação de mulheres na política, mas, ao contrário disto, vem lutando para aumentar a porcentagem de mulheres nesta esfera como pode ser visto na campanha “50-50 por el equilibrio en la representación.”. Acredito que o Brasil, especialmente, neste ano de 2010, se destacou com a apresentação das candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva, mas este destaque para a mulher não deve ocorrer somente em ano eleitoral, mas cotidianamente. O Brasil é ainda um exemplo de que a equação mulher e política é imperfeita, mas vem lutando para corrigi-la. A Argentina, ao contrário, serve de exemplo de que a equação mencionada anteriormente é perfeita, e hoje mostra como torná-la mais que perfeita.

⁷⁴ Ver Patrícia Rangel, op. cit., p. 24.

⁷⁵ Ver Thaylise Sousa Bezerra, op. cit., p. 52.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora UNESP, 2001.

BEZERRA, Thaylise Sousa. **As mulheres brasileiras que ocupam lugar na política: inclusão e exclusão**. Brasília: Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília. Orientador: Renata de Melo Rosa, 2003.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequillo, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

MESSARI, N.; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

Acervo eletrônico

DIVISION FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Department of Economic and Social Affairs. The United Nations Fourth World Conference on Women.** Disponível em: < <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/decision.htm> > Acesso em: 10 maio 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u94194.shtml>> Acesso em: 9 nov. 2009.

FRENTES AVANZADOS DE LA HISTORIA. **Mujeres, feminismo, y cambio social, en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940.** Disponível em:< <http://maytediez.blogia.com/2009/041801-mujeres-feminismo-y-cambio-social-en-argentina-chile-y-uruguay-1890-1940.php> >. Acesso em: 07 jul. 2010

HTUN, MALA. **A política de cotas na América Latina.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100013&lng=en&nrm=iso > Acesso em 10 maio 2010.

INSTITUTO SOCIAL Y POLÍTICO DE LA MUJER. **Las mujeres y el poder.** Disponível em: < <http://www.ispm.org.ar/index.html> > Acesso em: 15 fev. 2009.

_____. **Mujeres en lugares de decisión en Argentina.** Disponível em: < http://www.ispm.org.ar/casos_datos_equidad.html >. Acesso em: 04 jul. 2010

INTER- PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Women in Parliaments: World Classification.** Disponível em: < <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> > Acesso em: 01 mar. 2010.

LEY 24.012 Y DECRETO REGLAMENTARIO 379/93. Ley de Cuotas. Disponível em:<
<http://www.scribd.com/doc/6874662/Ley-24012-y-Decreto-reglamentario-37993-Ley-de-Cuotas>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MALUF, Sônia Weidner; WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMIDT, Simone Pereira. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 2, Sept. 2006. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2010.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno; BRITO Marina. **Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007. Disponível em: <
[http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT8%20Emancipa%C3%A7%C3%A3o,%20Cidadania%20e%20Reconhecimento/Microsoft%20Word%20-%20XIII Congresso Brasileiro de Sociologia_NEW.pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT8%20Emancipa%C3%A7%C3%A3o,%20Cidadania%20e%20Reconhecimento/Microsoft%20Word%20-%20XIII%20Congresso%20Brasileiro%20de%20Sociologia_NEW.pdf)> Acesso em: 05 fev. 2009.

MAIS MULHERES NO PODER BRASIL. **Relatório anual 2009/2010**. Disponível em:<
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/relatorio-anual-2009-2010/view>>
 Acesso em: 25 mar. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Revista brasileira Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, n. 44, Oct. 2000. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092000000300005&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 maio de 2009.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. **Presidencialismos em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai**. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582006000200003&lng=en&nr_m=iso > Acesso em: 01 maio 2010.

PFLAUM, Maria Rigat. **La participación política de las mujeres en la Argentina del siglo XXI: ¿ un resultado de la Ley de Cupo**. Argentina: Fundación Friedrich Ebert, 2008. Disponível em: < <http://www.fesgenero.org/documentos/Participacion%20Politica/02.pdf> > Acesso em: 12 jun. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=3499&lay=cid> >. Acesso em: 05 jul. 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 9.504/1997. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9504.htm> >. Acesso em: 11 nov. 2009.

RANGEL, Patrícia. **Entre preconceitos e átomos: a participação feminina nas Câmaras de Deputados da Argentina, do Brasil e do Uruguai**. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano (OPSA), v.3, n.1, jan, 2008. Disponível em: < http://observatorio.iuperj.br/pdfs/30_observador_topico_Observador_v_3_n_1.pdf > Acesso em: 10 jan. 2009.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2008/2009. Disponível em: < http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf > Acesso em: 05 jul. 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Política de cotas para mulheres na política tem 75% de aprovação**. Disponível em: <

http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Executivo/Politica_de_cotas_para_mulheres_na_politica_tem_75_pct_aprovacao.pdf> Acesso em: 25 abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Jornal Comunicação. Disponível em:< <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/2835>>. Acesso em: 07 jul. 2010

UNITED NATIONS DEVELOPMENT FOUND FOR WOMEN (UNIFEM). **Power and Decision – Making**. Disponível em: < <http://www.unifem.org/forums/governance/index.php>>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

WOMEN IN THE AMERICAS. Paths to political power. Disponível em: < <http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/Women%20in%20the%20Americas%20Paths%20to%20Political%20Power.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2009.

ANEXO

ENTREVISTA PARA A BEIJING + 15

Facilitator: The [1995 Beijing Platform for Action](#) notes, "Despite the widespread movement towards democratization in most countries, women are largely under represented at most levels of government, especially in ministerial and other executive bodies, and have made little progress in attaining political power in legislative bodies or in achieving the target endorsed by the Economic and Social Council of having 30% women in positions at the decision-making levels by 1995". What are some of the gaps and challenges in your experiences?

Anna Karolina: Here in Brazil we do not have big problems at ministerial and executive bodies; in these bodies, both men and women have equal possibilities because if you want to attend to a position to work in a ministry, for instance, you will have to take a test, like a federal exam. If you pass the exam, it will be ok; if you fail, you will have another opportunity next year to try again, like in the Ministry of Foreign Affairs (if you want to be a diplomat, for instance); most of these exams happen every year; there are others that happen like every two years and so on.

However, in the legislative area, the job opportunities for women are scarce. Lots of women that work in the legislative are usually influenced by men otherwise, they would not be able to stay in political positions. Women depend on men's influence if they want to achieve their targets in the political sphere. These women normally leave out their principles, their wishes, and also become more masculinized thinking things will become easier if they act like this. There is a report card on women in political leadership called "Women in the Americas: paths to political power"* that shows information, statistics and also percentages about women in national legislatures. Unfortunately, Brazil is in the last positions with only 11% of women in national legislatures.

Today, our biggest challenge is change our electoral system and also try to increase the number of women in power and decision-making. We know that is a slow process, but we need to move fast, especially because we are in an electoral year, so this is the time. We hope to see our first woman president soon. There must be a change in politics and we can do this.

Facilitator: What are your recommendations for future action that will enable women to reach positions of power and decision making? Please reflect on the challenges and gaps identified in your work and what steps need to be taken in the era Beijing+15.

Anna Karolina: At the "G" topic of the Beijing platform, there is an aspect of the actions that should be taken by governments that I want to emphasize: "190. d. representation of women in elected bodies and consider, where appropriate, the adjustment or reform of those systems;" This topic explains the situation of my country, Brazil. Unfortunately, our government does not take important measures to facilitate and to increase the number of women in power and decision making. Our government must go through on an electoral reform, but unfortunately, it does not occur. It is hard to say that are other things more important than the women participation on power and decision making. We are fighting against some prejudices that avoid the women progress on elections. First of all, we should change our minds and admit that women, today, more than ever, are able to assume this kind of positions. The change comes from us. We have made important changes, have achieved a great part of our goals, specially the possibility to vote and also be voted, the suffrage, but these changes do not stop here. Life continues and we are at 21st century claiming for a bigger change. Brazil needs to start this political revolution and also implement the objectives of Beijing platform because the central idea of the platform is to promote Equality, Development and Peace. So, we need to do our best to achieve these objectives. Otherwise, we will not have equality, development nor peace.